

Demonstrações Contábeis

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9
	10

**EY****Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 200.944 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das

obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de

fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 7 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

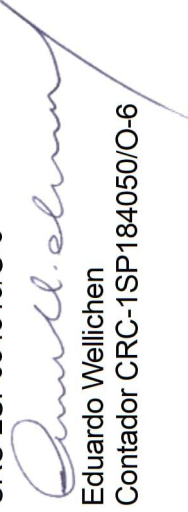
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>		53.075	99.549
Caixa e equivalentes de caixa	4	49	207
Investimento de curto prazo	5	15.285	67.603
Concessionárias e permissonárias	6	7.403	5.951
Ativo contratual da concessão	7	26.654	22.853
Outros ativos		3.684	2.935
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		177.199	155.737
Ativo contratual da concessão	7	174.290	154.637
Depósitos judiciais		2.421	640
Outros ativos		136	136
Imobilizado		352	324
TOTAL DO ATIVO		230.274	255.286
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>		31.661	18.532
Debêntures	8	13.649	13.793
Arrendamentos a pagar	13.3	95	23
Fornecedores		218	280
Salários, férias e encargos sociais		431	635
Contribuições diferidas	10	973	835
Dividendos - Partes relacionadas	13.2	13.426	-
Encargos setoriais		1.348	1.573
Adiantamento de clientes		893	714
Outros passivos		628	679
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		121.664	130.435
Debêntures	8	106.001	116.226
Arrendamentos a pagar	13.3	44	67
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	6.190	5.467
Contribuições diferidas	10	6.363	5.643
Provisão para contingências	11	291	597
Adiantamento de clientes		2.775	2.435
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		76.949	106.319
Capital social	12.1	18.469	43.469
Reservas de lucros		58.480	62.850
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		230.274	255.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	53.027	51.847
CUSTOS OPERACIONAIS		
Custo dos serviços prestados	(3.932)	(3.407)
	(3.932)	(3.407)
LUCRO BRUTO	49.095	48.440
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas e gerais	(302)	(1.272)
Pessoal	(23)	(404)
Honorários da diretoria e conselho de administração	(256)	(436)
	(581)	(2.112)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	48.514	46.328
Despesas financeiras	(9.033)	(1.434)
Receitas financeiras	2.282	2.578
	(6.751)	1.144
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	41.763	47.472
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.984)	(2.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(723)	(394)
	(2.707)	(2.520)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	39.056	44.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	39.056	44.952
(+/-) Outros resultados abrangentes da companhia	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	39.056	44.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Reserva legal	Ajuste avaliação patrimonial	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	43.469	8.694	13.437	113.154	1.359	-	180.113
Distribuição de dividendos - Segundo AGOE de 18.05.2020	-	-	-	(82.093)	(1.359)	-	(83.452)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	44.952	44.952
Destinação do lucro líquido:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(11.238)	(11.238)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(24.056)	(24.056)
Reserva de lucros	-	-	-	-	9.658	(9.658)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	43.469	8.694	13.437	31.061	9.658	-	106.319
Redução de capital	(25.000)	-	-	-	-	-	(25.000)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(20.342)	(9.658)	-	(30.000)
Redução de reserva legal	-	(5.000)	-	-	5.000	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(3.662)	-	(3.662)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.056	39.056
Destinação do lucro líquido:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(9.764)	(9.764)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	29.292	-	(29.292)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.469	3.694	13.437	40.011	1.338	-	76.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	41.763	47.472
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	120	95
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	8.920	1.404
Receita de aplicações financeiras	(1.323)	(941)
Outras receitas	-	(46)
Contribuições diferidas	858	468
Contingências	11	266
Reversão de contingências	(317)	-
	50.032	48.718
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissonárias	(1.452)	(1.498)
Ativo contratual da concessão	(23.454)	(12.822)
Impostos a recuperar	(429)	(609)
Outros ativos	(2.551)	(541)
	(27.886)	(15.470)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(62)	112
Salários, férias e encargos sociais	(204)	537
Tributos e contribuições sociais a recolher	(231)	28
Adiantamento de clientes	519	-
Encargos setoriais	(239)	-
Outros passivos	-	3.303
	(217)	3.980
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(1.371)	(1.578)
	20.558	35.650
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos de curto prazo	84.039	130.498
Aplicações em investimentos de curto prazo	(30.398)	(197.160)
	53.641	(66.662)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Redução do capital social	(25.000)	-
Pagamentos de dividendos	(30.000)	(142.029)
Empréstimos tomados	-	130.000
Pagamento de principal sobre debêntures	(12.740)	-
Pagamento de encargos sobre debêntures	(6.515)	(1.337)
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos	(102)	(37)
	(74.357)	(13.403)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(158)	(44.415)
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do período	207	44.622
Saldo no final do período	49	207
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(158)	(44.415)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “AETE”), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 13 de novembro de 2003, com o objetivo de construir, implantar, operar e manter as instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado – LT 230 KV Subestação Coxipó/ Subestação Cuiabá e LT 230 KV Subestação Cuiabá/Subestação Rondonópolis, tendo iniciado suas atividades operacionais em 19 de agosto de 2005.

A Companhia é diretamente controlada pela Apaete Participações em Transmissão S.A., que é controlada da Alupar Investimento S.A.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão			
Número	Prazo (anos)	Vigência até	Índice de correção
008/2004	30	2034	R\$ 38.882 IGP-M

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial que será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IGP-M, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2021-2022, conforme resolução homologatória nº 2.895.

A transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, a partir do 16º (décimo sexto) ano será de 50% (cinquenta por cento) da Receita Anual Permitida do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo de concessão. A esta receita aplica-se os critérios de reajuste e revisões previsto no contrato de concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Impactos do COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em home office (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de março de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando a margem de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM e ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é 11,01% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão - Continuação

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

b. Provisão para redução ao valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

c. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitas a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2. Ativo Contratual – Continuação

d. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

f. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

i. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2. Ativo Contratual – Continuação

g. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

h. Tributação

i. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 3,00%

ii. Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido.

iii. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

i. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

j. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023;
 - Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa:		
Numerário disponível	2	2
Aplicações Financeiras	47	205
	<u>49</u>	<u>207</u>

As aplicações financeiras possuem remuneração fixa, em média a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Investimento de curto prazo

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	15.285	67.603
	<u>15.285</u>	<u>67.603</u>

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (95,87% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	7.403	5.951
	<u>7.403</u>	<u>5.951</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito e tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Ativo contratual	<u>164.668</u>
Receita de operação e manutenção	10.423
(-) Parcela variável	(4)
Remuneração do ativo contratual da concessão	56.364
Receita de infraestrutura	(11.242)
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(42.719)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Ativo contratual	<u>177.490</u>
Receita de operação e manutenção	9.459
(-) Parcela variável	(2.585)
Remuneração do ativo contratual da concessão	49.498
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(32.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	<u>200.944</u>
Ativo contratual da concessão - circulante	26.654
Ativo contratual da concessão - não-circulante	174.290
	<u>200.944</u>

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Ativo contratual da concessão - Continuação

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

8. Debêntures

a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante			Não Circulante					
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2021	31/12/2020	Principal	Custo a amortizar	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures - 1ª Emissão	10/09/2026	DI + 2,70%	3.513	10.400	(264)	13.649	13.793	106.860	(859)	106.001	116.226
			<u>3.513</u>	<u>10.400</u>	<u>(264)</u>	<u>13.649</u>	<u>13.793</u>	<u>106.860</u>	<u>(859)</u>	<u>106.001</u>	<u>116.226</u>

Em 10 de setembro de 2020, a Companhia realizou a 1ª Emissão de 130.000 debêntures, totalizando R\$ 130.000, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caput, da Lei 6404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A, sendo distribuição líquida financeiramente pela B3. As debêntures terão prazo de vencimento de 6 anos contados com a data de emissão, vencendo, portanto, em 10 de setembro de 2026. A 1ª amortização do principal acontecerá em 10 de março de 2021 e a última na data de vencimento. A remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 10 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 10 de março de 2021 e o último pagamento na data de vencimento (10 de setembro de 2026).

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados a partir de suas demonstrações contábeis regulatórias. Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas obrigatórias até a data foram cumpridas.

b. Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas relativas as debêntures têm os seguintes vencimentos:

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Debêntures - 1ª Emissão	13.913	10.725	12.350	14.300	69.485	120.773
Custo de captação	(264)	(264)	(264)	(265)	(66)	(1.123)
	<u>13.649</u>	<u>10.461</u>	<u>12.086</u>	<u>14.035</u>	<u>69.419</u>	<u>119.650</u>

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Debêntures - Continuação

c. As movimentações de debêntures são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Amortização de	Amortização do	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2020	dívidas	encargos (nota 16)	custos (nota 16)	principal	encargos	31/12/2021
Debêntures	130.019	-	8.612	274	(12.740)	(6.515)	119.650
Debêntures - 1ª Emissão	<u>130.019</u>	<u>-</u>	<u>8.612</u>	<u>274</u>	<u>(12.740)</u>	<u>(6.515)</u>	<u>119.650</u>

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Amortização de	Amortização do	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2019	dívidas	encargos (nota 16)	custos (nota 16)	principal	encargos	31/12/2020
Encargos regulatórios	-	130.000	1.296	60	-	(1.337)	130.019
Debêntures - 1ª Emissão	<u>-</u>	<u>130.000</u>	<u>1.296</u>	<u>60</u>	<u>-</u>	<u>(1.337)</u>	<u>130.019</u>

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	140		140	-
Subtotal	<u>140</u>		<u>140</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	136	136	-	-
Diferido do ativo contratual	200.974	200.974	177.490	177.490
Subtotal	<u>201.110</u>	<u>201.110</u>	<u>177.490</u>	<u>177.490</u>
Base de cálculo	<u>200.970</u>	<u>200.970</u>	<u>177.490</u>	<u>177.490</u>
Imposto diferido - base de cálculo	200.970	200.970	177.490	177.490
Alíquota presumido	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo diferido	<u>16.078</u>	<u>24.116</u>	<u>14.199</u>	<u>21.299</u>
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Total tributo alíquota efetiva	4.020	2.170	3.550	1.917
Total IRPJ e CSLL diferido	<u>4.020</u>	<u>2.170</u>	<u>3.550</u>	<u>1.917</u>
Total IR e CS alíquota aplicada		6.190		5.467
		<u>6.190</u>		<u>5.467</u>

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos se deu conforme a seguir:

	Lucro Presumido						
	Dezembro 2019		Reclassificação	Dezembro 2020		Movimentação no resultado (nota 17)	
	2019	Movimentação no resultado		2020	2021	2020	2021
Imposto de renda diferido	3.293	256	1	3.550	470	4.020	
Contribuição social diferida	1.778	138	1	1.917	253	2.170	
	5.071	394	2	5.467	723	6.190	

10. Contribuições diferidas

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	973	835
Pis Diferido	173	149
Cofins Diferido	800	686
Passivo não circulante	6.363	5.643
Pis Diferido	1.133	1.005
Cofins Diferido	5.230	4.638
	7.336	6.478

11. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Provisões para contingências - Continuação

(A) **PERDA PROVÁVEL:** embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda:

(i) **Demandas Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 02 (dois) processos judiciais de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 291. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 01 (um) processo desta mesma natureza com valor em risco de R\$ 597.

(B) **PERDA POSSÍVEL:** embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda:

(i) **Demandas Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 01 (um) processo judicial de natureza trabalhista com valor em risco de R\$ 34. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 03 (três) processos desta mesma natureza com valor em risco de R\$ 213. Destaca-se que neste caso 01 (um) processo teve a probabilidade de perda alterada para provável e 01 (um) processo judicial houve a baixa definitiva.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 09 de abril de 2021 foi aprovado, através de assembleia extraordinária, a redução do capital social subscrito e integralizado da Companhia, no montante R\$ 25.000, sem que tal redução afete a quantidade de ações emitidas.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 18.469 composto por 43.468.800 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (R\$ 43.469 em 31 de dezembro de 2020).

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2021 e 2020</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Apacte Participações em Transmissão S.A.	37.709.184	86,75%
CSHG Perfin Apollo 16 FIPM	4.319.712	9,94%
Pessoa física	1.439.904	3,31%
Total das ações	43.468.800	100%

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido - Continuação

b. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	39.056	44.952
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(9.764)	(11.238)
Dividendos adicionais propostos	-	(24.056)
Reserva de lucros	-	(9.658)
Reserva de lucros a realizar	(29.292)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

13. Partes relacionadas

a. Remuneração da alta Administração

Em 31 de dezembro de 2020, a remuneração para a administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 256 (R\$ 436 em 31 de dezembro de 2020).

b. Dividendos

Em 10 de maio de 2021 foi aprovado, através de assembleia geral ordinária, a distribuição de dividendos complementares referentes ao saldo do lucro líquido do exercício de 2020, no montante total de R\$ 9.658. Pago em maio de 2021.

Também em 10 de maio de 2021 foi aprovado, através de assembleia geral extraordinária, a distribuição de dividendos à conta de Reserva de lucros a realizar, no valor de R\$ 15.342. Pago em maio de 2021.

Em 17 de dezembro de 2021 foi aprovado, através de assembleia geral extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários à conta de Reserva de lucros a realizar, no montante total de R\$ 5.000. Pago em dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia propõe a destinação de dividendos adicionais à conta de reserva de lucros no valor de R\$ 3.662 e possui em aberto os valores de dividendos no total de R\$ 13.426 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Partes relacionadas - Continuação

c. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 139 (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2020).

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	56.372	55.541
Deduções da receita operacional	(3.345)	(3.694)
Programa de Integração Social - PIS	(366)	(359)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.692)	(1.657)
Reserva global de reversão - RGR	(853)	(1.110)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(121)	(159)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(121)	(159)
Ministério de minas e energia - MME	(61)	(79)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(131)	(171)
Receita operacional líquida	53.027	51.847

15. Custo dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(1.821)	(1.084)
Material	(560)	(466)
Serviços de terceiros	(1.127)	(1.093)
Contingências	305	-
Aluguéis	(490)	(383)
Seguros	(78)	(65)
Outros tributos e taxas	(24)	-
Depreciação e amortização	(120)	(95)
Outros	(17)	(221)
Total custos dos serviços prestados	(3.932)	(3.407)

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	2.282	2.578
Receita de aplicações financeiras	1.326	1.720
Outros	956	858
Despesas financeiras	(9.033)	(1.434)
Encargos sobre debêntures (nota 8c)	(8.886)	(1.356)
Encargos sobre arrendamentos	(20)	(8)
Atualização monetária	(14)	(40)
Outros	(113)	(30)
Total líquido	(6.751)	1.144

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro presumido é debitada em resultado.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita de transmissão recebida	31.510	31.510	41.487	41.487
Percentual de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de presunção s/ receita de transmissão recebida	2.521	3.781	3.319	4.978
Receita financeira	2.339	2.339	2.566	2.566
Base de cálculo	4.860	6.120	5.885	7.544
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Sub-total dos tributos correntes	(1.191)	(551)	(1.447)	(679)
Ajustes IRPJ 2020	(167)	(75)	-	-
Total dos tributos correntes	(1.358)	(626)	(1.447)	(679)
Total dos tributos diferidos (nota 9)	(470)	(253)	(256)	(138)
Despesa total com tributos	(1.828)	(879)	(1.703)	(817)
Alíquota efetiva	8,59%		6,07%	

18. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Instrumentos financeiros - Continuação

18.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2021		31/12/2020		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Classificação por categoria
Ativo					
Caixa	2	2	2	2	-
Equivalentes de caixa	47	47	205	205	Nível II
Investimentos de curto prazo	15.285	15.285	67.603	67.603	Nível II
Concessionárias e permissonárias	7.403	7.403	5.951	5.951	-
	22.737	22.737	73.761	73.761	
					Custo amortizado
					Valor justo por meio de resultado
Passivo					Valor justo por meio de resultado
Fornecedores	218	218	280	280	Custo amortizado
Debêntures	119.650	119.650	130.019	130.019	-
	119.868	119.868	130.299	130.299	-

18.2. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

18.3. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

18.3.1. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.173 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

18.3.2. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Instrumentos financeiros - Continuação

18.3.3. Risco de taxas de juros

A Atualização do contrato de debêntures está vinculada a variação do CDI.

18.3.4. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18.3.5. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

18.3.6. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Instrumentos financeiros - Continuação

18.4. Análise de sensibilidade

18.4.1. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
CDI	47	10,63%	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	15.285	1.625	5,32%	7,97%	13,29%	15,95%
			813	1.218	2.031	2.438

Equivalentes de caixa
Investimento de curto prazo

18.4.2. Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
			Risco de redução		Risco de aumento	
CDI	2,70%	10,63%	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		16.293	5,32%	7,97%	13,29%	15,95%
		119.650	9.768	13.024	19.361	22.830

Debitures - 1ª Emissão

AETE - Amazônia Empresa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Seguro Garantia	1.304	130	26/04/2023
Seguro Garantia	300	30	16/08/2024
Seguro Automóvel	Tabela FIPE	8	03/07/2022
Responsabilidade Civil D&O	50.000	2.021	28/08/2022
Total	51.604	2.189	

* * *

Patrícia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2